

DF - Ceilândia  
16 • Domingo, 14/5/95

## TRIBUNA DA CIDADE

FRANCISCO LEITE

### A Ceilândia não quer um xerife

Há dois meses, uma charge, publicada em jornal local, oferecia emprego de xerife na Ceilândia. A criatividade do artista, na ocasião, não chamou atenção somente pelo medo que poderia infundir em uma comunidade acostumada a ouvir tiros no meio da noite ou a conviver com a mercância de drogas à luz do dia; mas pela facilidade com que o artista, transformando dor em traço e sofrimento em graça, lançou um novo lema, além dos batidos "repartam a renda" ou "dividam as terras": (RE) Distribuíam a segurança.

Os números não desmentem o desenhista. Os seiscentos e cinquenta mil habitantes da satélite, distribuídos em uma área correspondente a 36km<sup>2</sup> urbanos e 202km<sup>2</sup> rurais, precisam se contentar com apenas duas delegacias — com cerca de oitenta e cinco homens cada, entre agentes, escrivães e delegados — e um companhia da Polícia Militar, composta por quatrocentos e poucos castrenses, para zelar por sua segurança. A contar pela recomendação da ONU de um policial para cada cento e vinte habitantes, esta média, na Ceilândia, de um para 1.600 é caótica.

Não me parece, contudo, que esse problema, sempre debitado na conta da falta de recursos seja o maior. Basta verificar que, mesmo com as deficiências elencadas, a criminalidade caiu: de 161 e homicídios em 1993, registraram-se 10 a menos no ano passado, sendo que, se nos dois primeiros meses de 1994, anotaram-se 32 delitos contra a vida, este ano, em idêntico período, a estatística reduziu-se a 27.

O que me preocupa é a falta de um projeto (Projectum, do latim, "lançar-se a frente de si") para a Segurança Pública e a ausência de perspectivas promissoras que isto acarreta. Para exemplificar, é suficiente advertir que,



"O que me preocupa é a falta de um projeto para a segurança pública e a ausência de perspectivas"

se 80% dos carros furtados e encontrados em desmonte no Distrito Federal o são naquela satélite, e 10 em cada 10 homicídios, ocorridos ali, envolvem bebida alcoólica, o poder público não sabe, pelo menos oficialmente, quantos bares, oficinas e ferro-velhos existem na em

Ceilândia, uma vez que grande parte funciona irregularmente.

Um projeto de Segurança Pública, à evidência, se iniciaria pela identificação e saneamento desses negócios — que, quando ilícitos, servem de moeda para o tráfico, estímulo para o apoderamento ilegítimo e impulso para ceifar vidas — mas, mais do que isso, enfrentaria a contradição de, ao invés de simplesmente fechar os comércios e serviços, trocar a pistola e o alvará pela solidariedade e possibilidade de inclusão social, mostrando, nas escolas e nas associações, o poder-agir-de-outro-modo, e industrializando a capital e fomentando o surgimento de empresas caseiras, para ocupar a mão-de-obra ociosa.

Daí à revisão do papel da polícia seria um passo. É só o castrense entender que o seu patrão é a comunidade — e não o Estado; e esta inferir que o policial labora para lhe proteger, e não para acoressá-la.

Com isto, rão asfataríamos o crime, por completo, do cenário da cidade. Mas avançaríamos na certeza de que não se combate o crime com armas e xerifes. E o chargista, talvez, já pudesse assegurar, no cartoon, que a Ceilândia, além dos tantos que lá acordam em silêncio, precisa mesmo é de um homem bom.

■ Francisco Leite é promotor de Justiça em Ceilândia